

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 005-15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede Incentivo Financeiro Adicional aos Agentes Comunitários de Saúde, de acordo com a Lei Municipal nº 3.284/07.

Art. 1º Aos ocupantes de emprego público de Agente Comunitário de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 3.195, de 11 de abril de 2007, é assegurado o recebimento de Incentivo Financeiro Adicional, nos termos da Lei Municipal nº 3.284/2007 e da Portaria nº 314, de 28 de Fevereiro de 2014.

Paragrafo Único. O valor do repasse será dividido entre o número de Agentes Comunitários contratados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 005-15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando a Vs. Sas. o presente projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a conceder Incentivo Financeiro Adicional (décimo quarto salário), aos Agentes Comunitários de Saúde, com o objetivo de estimular financeiramente esses profissionais.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB – Portaria GM/MS 2.488, de 21/10/11), que trata do incentivo referente aos Agentes Comunitários de Saúde, não especifica a forma através da qual o mesmo será utilizado. Segundo a Política, o financiamento da Atenção Básica deve ser tripartite: no âmbito federal, o montante dos recursos financeiros destinados à viabilização das ações de Atenção Básica à Saúde compõe o Bloco de financiamento de Atenção Básica (Bloco AB) e parte do Bloco de Financiamento de Investimento. Seus recursos deverão ser utilizados para financiamento das ações de Atenção Básica descritas na RENASES e nos Planos de Saúde do município e do Distrito federal.

Em relação às disposições legais que regem a matéria, em especial, a Portaria nº 314/14, que fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), importante salientar que a mesma não determina a obrigatoriedade de um décimo quarto salário impondo-se, dessa forma, norma local, objetivando prever a possibilidade do benefício dentro de um juízo de conveniência e oportunidade do gestor.

Estas as razões que justificam o presente projeto.

GABINETE DO PREFEITO, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito